

Previdência Social  
SERVIÇO DE PROTOCOLO

35000.002520/2019-50



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA - POSTO AVANÇADO BITURUNA -  
PROJUDI  
Rua Maximiliano Gresele, 77 - Centro - Bituruna/PR - CEP: 84.640-000 - Fone: (42) 3553-2144 -  
E-mail: vlus@tjpr.jus.br

Autos nº 0010920-82.2017.8.16.0174.0002



Processo: 0010920-82.2017.8.16.0174  
Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível  
Assunto Principal: Indenização por Dano Moral  
Valor da Causa: R\$8.218,26  
Polo Ativo(s): • Antonia de Castro (CPF/CNPJ: 075.988.329-78)  
FAZENDA SANTA BARBARA, S/N - BITURUNA/PR  
Polo Passivo(s): • BANCO BMG SA (CPF/CNPJ: 61.186.680/0001-74)  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477 9º andar, Bloco B - Itaim Bibi - SÃO  
PAULO/SP - CEP: 04.538-133

Bituruna, 27 de agosto de 2019.

ARMP

Ilmo. Sr.  
PRESIDENTE DO INSS  
Renato Rodrigues Vieira  
Setor de Autarquias Sul Q. 2 Bloco O BL O - Asa Sul, Brasília - DF, 70070-946

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente solicito a Vossa Senhoria as providências necessárias, para que para que encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas ao INSS, eis que estão flagrantemente burlando as leis que regem essa matéria ( Leis 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99; 4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Reso.3.517/07. Neste diapasão que o DATAPREV verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017.

Atenciosamente,

JEANE CARLA FURLAN  
Juíza de Direito Supervisora

(assinatura digital)



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJJLU FX: A8 6SS7P RJWU



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 10 / 09/2019

Ref.: Proc. 35000.002520/2019-50  
(Sipps nº 491.117.963 e 491.105.849)

Int.: Comarca de União da Vitória -  
Tribunal Judiciário do Estado  
do Paraná

Ass.: Proc. 0010920-82.2017.8.16.0174  
ANTONIA DE CASTRO e Banco  
BMG SA

Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios para exame e pronunciamento, a fim de subsidiar resposta ao Juízo competente.

*Sidarta Costa de A. Souza*  
**SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA**  
Chefe de Gabinete da Presidência

rmst d.beneficiounivit8

Conta	Descrição	Data	Dt. Início	Dt. Fim	Situação	Excl. APB	Excl. Banco	SALD. Devedor	Saldo Cred.	Unid. Moeda
144073879000022016	318 - BANCO BMG	02/2016	22/01/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	RS 26,34	RS 26,34	RS 0,15
144073879000012016	318 - BANCO BMG	01/2016	30/12/2015	-	Encerrado	NÃO	NÃO	RS 26,34	RS 26,34	RS 715,98





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA**  
**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA - POSTO AVANÇADO BITURUNA -**  
**PROJUDI**

Rua Maximiliano Gresele, 77 - Centro - Bituruna/PR - CEP: 84.640-000 - Fone: (42) 3553-2144 -

E-mail: vlus@tjpr.jus.br

**Autos nº. 0010920-82.2017.8.16.0174**

Processo: 0010920-82.2017.8.16.0174

Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Valor da Causa: R\$8.218,26

Polo Ativo(s): • Antonia de Castro (CPF/CNPJ: 075.988.329-78)  
FAZENDA SANTA BARBARA, S/N - BITURUNA/PR

Polo Passivo(s): • BANCO BMG SA (CPF/CNPJ: 61.186.680/0001-74)  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477 9º andar, Bloco B - Itaim Bibi - SÃO  
PAULO/SP - CEP: 04.538-133

Vistos etc.

Trata-se de ação de restituição de indébito combinada com indenização por danos morais ajuizada por ANTONIA DE CASTRO em face de BANCO BMG S.A. em que a parte autora sustentou, em síntese, que contraiu empréstimo na instituição requerida, acreditando se tratar da modalidade consignado, e na verdade aderiu cartão de crédito consignado, modalidade que lhe é prejudicial.

Em contrapartida, a ré alegou preliminarmente a ausência de interesse de agir. No mérito, em síntese, aduziu que a autora livremente, sem qualquer vício, aderiu ao cartão de crédito, usufruiu de seus benefícios, estando, portanto, regular a contratação. Ademais, arguiu a ausência de danos morais, opondo-se ainda à repetição de indébito.

É a síntese do essencial.

Decido.

A preliminar não merece prosperar. Ao contrário da argumentação expendida pela ré, tem-se que o interesse de agir deve ser verificado com olhos na utilidade, necessidade e adequação. Nessa toada, o provimento almejado pela parte autora tem potencial para proporcionar vantagem jurídica, e apresenta-se necessário, haja vista a pretensão resistida da requerida. Por sua vez esta ação é adequada.

Vencidas essas questões, ausentes nulidades ou outras preliminares e prejudiciais, passo ao mérito.

A matéria apresentada ao juízo deve ser analisada sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que a parte autora é considerada consumidora, na forma do artigo 2º da Lei nº. 8.078/90 (CDC) e o réu fornecedor de serviços, consoante a disposição legal contida no artigo 3º da mesma legislação.

Embora tenha decidido anteriormente de outra forma, atualmente filio-me ao entendimento adotado pela nossa Turma Recursal ao analisar inúmeros processos da mesma natureza.

Pois bem.

O empréstimo consignado em benefício previdenciário decorrente de

contrato de cartão de crédito é expressamente previsto na Lei 13.172/15 (artigo 6º, §5º), sendo que a retenção da Reserva de Margem Consignável (RMC) é autorizada a contratos de empréstimo consignado por cartão de crédito, "desde que expressamente autorizada" (Instrução Normativa do INSS n. 39/2009, art. 3º, item III).

No caso em apreciação, o autor não se desincumbiu do ônus de provar (CPC, artigo 373, I) a ocorrência de falha no dever de informação (CDC, artigo 6º, III) ou de algum vício do consentimento no momento da celebração do contrato.

O fato de acreditar estar firmando contrato de empréstimo consignado propriamente dito e posteriormente constatar que a cobrança se opera pelo desconto de fatura mínima junto a cartão de crédito consignado não invalida o negócio jurídico expressamente admitido por lei e com cláusulas redigidas de forma compreensível.

Além disso, em momento algum o autor questionou a veracidade da assinatura aposta no contrato ou negou o recebimento do crédito, evidenciando, assim, a sua expressa adesão ao crédito consignado. Há prova de que o banco efetuou a transferência dos valores para a conta da autora (seq. 15.3).

Entretanto, o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução porque ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor.

Daí por que deve ser declarada a nulidade da cláusula contratual que permite o desconto contínuo de valor proporcional do mútuo pela fatura mínima do cartão sem data correta para quitação integral da dívida visto que:

- a) estabelece obrigações abusivas (CDC, artigo 51, IV);
- b) está em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor (CDC, artigo 51, XV); e,
- c) onera demasiadamente o consumidor (CDC, artigo 51, §1º, III).

A referida nulidade da cláusula contratual não invalida o contrato (CDC, artigo 51, § 2º).

Em observância ao princípio da boa-fé objetiva (CC, artigo 422) e para evitar o enriquecimento ilícito da parte, uma vez que o valor do crédito foi depositado em conta corrente do consumidor, se faz necessário adequar o contrato nos seguintes termos:

- a) o montante recebido à título de crédito pela parte autora deverá continuar a ser objeto de desconto junto à margem consignável. O desconto, todavia, não se dará sobre valor mínimo descontado sobre fatura de cartão de crédito, mas sim pelo saldo residual devedor e no montante fixo definido no extrato RMC, tão somente até a quitação pelo valor nominal, sem incidência de juros ou correção monetária, pois não há previsão no contrato (que prevê somente encargos para cartão de crédito), sendo esta a consequência do reconhecimento da abusividade da cláusula contratual.

Em síntese: os pagamentos já efetuados serão abatidos de eventual saldo devedor existente, prosseguindo-se os descontos pelo valor fixo já estipulado junto a RMC em tantas parcelas quanto suficientes para alcançar a quitação do valor já recebido pelo autor.

Por sua vez, não é cabível a restituição em dobro dos valores pagos (CDC, artigo 42, parágrafo único) porque não se afigura hipótese de engano justificável e muito menos



de má-fé da instituição financeira.

Mas, havendo quitação com pagamento a maior, situação a ser aferida em cumprimento de sentença, deverá o montante residual que extrapolar o valor nominal ser restituído em dobro à parte autora acrescido de correção monetária e juros legais (CDC, art. 42, parágrafo único, parte final), porque aí resta configurado pagamento indevido.

Da mesma maneira, não é cabível indenização por danos morais em face da absoluta ausência de provas de qualquer repercussão nos direitos da personalidade da parte autora. Trata-se, na realidade, de mero prejuízo material, já compensado com a restituição dos valores pagos a maior.

No mesmo sentido, é o entendimento da Turma Recursal:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM RESTRIÇÃO DE MARGEM CONSIGNÁVEL. VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO COMPROVADO. DEFEITO DO NEGÓCIO JURÍDICO APENAS QUANDO DA EXECUÇÃO. DÍVIDA VIRTUALMENTE IMPAGÁVEL. ONEROSIDADE EXCESSIVA. NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PERMITE DESCONTO CONTÍNUO DE VALOR PROPORCIONAL AO MÚTUO PELA FATURA MÍNIMA DE CARTÃO DE CRÉDITO. REPETIÇÃO EM DOBRO E DANOS MORAIS INDEVIDOS. REVISÃO DO CONTRATO. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA SENTENÇA. RECURSO DA PARTE AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO. Recurso Inominado nº 0054219-85.2017.8.16.0182 1º Juizado Especial Cível de Curitiba (Matéria Bancária) Recorrente(s): NELSON FERREIRA JUVENAL Recorrido(s): BANCO BMG SA Relator: Alvaro Rodrigues Junior. Recurso Inominado nº 0000279-20.2018.8.16.0103 Juizado Especial Cível da Lapa Recorrente(s): BANCO BMG SA Recorrido(s): LORECI DE FATIMA DOS SANTOS GODOI Relator: Alvaro Rodrigues Junior

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM RESTRIÇÃO DE MARGEM CONSIGNÁVEL. REPETIÇÃO EM DOBRO E DANOS MORAIS INDEVIDOS. RECURSO DA PARTE AUTORA DESPROVIDO Recurso Inominado nº 0021991-13.2017.8.16.0035 2º Juizado Especial Cível de São José dos Pinhais Recorrente(s): Ilene Cardoso Pampuch Recorrido(s): BANCO BMG SA Relator: Alvaro Rodrigues Junior.

À luz do exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, formulado por ANTONIA DE CASTRO em face de BANCO BMG S.A., com fulcro no art. 487, I, CPC, a fim de:

DETERMINAR que a ré, no prazo de 30 (trinta dias) após o trânsito em julgado adeque o contrato e os descontos, mantendo o desconto junto à margem consignável, sobre o saldo residual devedor e no montante fixo definido no extrato RMC ( e não sobre valor mínimo descontado sobre fatura de cartão de crédito), tão somente até a quitação pelo valor nominal, sem incidência de juros ou correção monetária, sob pena de multa diária de R\$ 25,00 (art. 52, V, da Lei 9099/95, art. 537, parágrafo único do CPC), até o limite de R\$ 3.000,00.

Como efeito secundário da sentença, determino que os valores pagos pela parte autora a título de TARIFA DE EMISSÃO DE CARTÃO serão computados como parte da liquidação do empréstimo, vez que tais taxas não existem no empréstimo consignado propriamente dito, além do dever de evitar o enriquecimento ilícito.

Os valores cobrados a título de IOF em virtude de juros do rotativo, serão arcados pelo Banco requerido, uma vez que se a operação tivesse sido realizada apenas como consignado normal, incidiria uma única vez. Portanto, caberá a instituição financeira demonstrar de que forma efetuou a cobrança do IOF no valor depositado na TED. Caso haja cobrança após o crédito, esses valores deverão ser reembolsados à parte pelo requerido.



Verificada a quitação com pagamento a maior, situação a ser auferida pelo juízo singular e devidamente comprovada pela parte autora, CONDENAR a parte reclamada a restituir o montante residual que extrapolar o valor nominal, em dobro, com correção monetária a partir da data do desembolso e juros legais a partir da citação, observado o prazo prescricional trienal (Recurso Inominado 0002240-87.2017.8.16.0181, 0013751-38.2017.8.16.0131 e 0025416-14.2017.8.16.0014)

Estabeleço o prazo de 30 (trinta dias) após o trânsito em julgado desta sentença para a instituição financeira adequar o contrato e os descontos aos termos aqui definidos, sob pena de multa diária de R\$ 25,00 (art. 52, V, da Lei 9099/95, art. 537, parágrafo único do CPC), até o limite de R\$ 3.000,00.

Expeça-se ofício ao Banco Central para ciência da irregularidade na captação de clientes fora da instituição bancária vedada pela Instrução Normativa nº 28/08 do INSS, artigo 4º, I, considerando a hipossuficiência e hipervulnerabilidade do requerente, na forma do Estatuto do Idoso, artigos 2º, 3º e 4º.

Expeça-se ofício ao Presidente do INSS para que encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas àquele órgão, eis que estão flagrantemente burlando nas leis que regem essa matéria (Leis 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99; 4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Reso.3.517/07. Neste diapasão que o DATAPREV verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017.

Intimem-se.

Sem ônus sucumbenciais, em decorrência do disposto no artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, motivo pelo qual deixo de analisar eventual pedido de gratuidade.

Transitada em julgado, arquivem-se.

Diligências necessárias.

JEANE CARLA FURLAN

Juíza Supervisora

Advirto às partes que nos Juizados Especiais todos os prazos serão contados em dias úteis, consoante a Lei nº. 13.728 de 31 de outubro de 2018 que incluiu o art. 12-A na Lei nº. 9.099/95[ 1].

[ 1] Art. 12-A. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



**1.500.502 – DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS, em \_\_/\_\_/2019.**

**Proc.:** 35000.002520/2019-50

**Ref.:** Autos 0010920-82.2017.8.16.0174  
(SIPPS 491117963)

**Int.:** Posto Avançado de Bituruna do  
Juizado Especial Cível de União da Vitória –  
Poder Judiciário do Estado do Paraná.

**Ass.:** Número de contratos ativos de  
empréstimo consignado e cartão de crédito  
com reserva de margem consignável.

1. Trata-se de ação judicial proposta por Antônia de Castro (CPF 075.988.329-78) em face da instituição financeira Banco BMG SA (CNPJ 61.186.680/0001-74), contendo solicitação judicial para que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS *“encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas ao INSS, eis que estão flagrantemente burlando as leis que regem essa matéria (Lei 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99, 4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Reso. 3.517/07”*, bem como para que a DATAPREV *“verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017”*.
2. O Instituto Nacional do Seguro Social não fez parte de nenhum dos polos da relação processual. Dessa forma, eventual penalidade administrativa somente pode ser aplicada mediante procedimento administrativo com observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, corolários do devido processo legal.
3. Consultando a decisão judicial é possível verificar que o juiz declarou a nulidade de uma cláusula contratual com base no CDC sem, no entanto, declarar a nulidade do negócio jurídico pactuado entre as partes.
4. O número de contratos de empréstimos consignados e cartões de crédito com margem consignável estão em conformidade com o limite imposto pelo inciso II do artigo 4º da






INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, alterado pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 89, de 18 de outubro de 2017.

5. Face ao exposto acima, não restou configurada a violação de dispositivos normativos pela instituição financeira que justifique a aplicação das penalidades previstas no artigo 52 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008.
6. Feitas as considerações, esta Divisão de Consignações em Benefício - DCONB sugere arquivamento do presente procedimento administrativo.
7. Ante o exposto, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Gerenciamento de Pagamentos em Benefícios e Gestão de Serviços Previdenciários (01.500.5), para ciência e, se de acordo, encaminhamento à Diretoria de Benefícios (01.500), para ciência e posterior restituição ao Gabinete da Presidência – 01.001.0.
8. À DIRBEN – 01.500.

  
**KARINA VIANA DE FREITAS**  
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios  
Técnico do Seguro Social - Matrícula 1564475



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



**01.500.5 – COORDENAÇÃO-GERAL DE GERENCIAMENTO DO PAGAMENTO E  
GESTÃO DE SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS, em \_\_/\_\_/2019.**

**Proc.:** 35000.002520/2019-50

**Ref.:** Autos 0010920-82.2017.8.16.0174  
(SIPPS 491117963)

**Int.:** Posto Avançado de Bituruna do Juizado  
Especial Cível de União da Vitória – Poder  
Judiciário do Estado do Paraná.

**Ass.:** Número de contratos ativos de  
empréstimo consignado e cartão de crédito  
com reserva de margem consignável.

1. Ciente e de acordo.
2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios (01.500) na forma proposta.

  
**SAULO MELLO VEM DOS SANTOS**

Coordenador-Geral de Gerenciamento de Pagamento e Gestão de Serviços Previdenciários



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DIRETORIA DE BENEFÍCIOS -01.500, EM / /**

**Ref.:SIPPS 491117963**

**Interessado: Banco BMG/SA**

**Ass.: Número de contratos ativos de empréstimo consignado e cartão de crédito com reserva de margem consignável**

1. Trata-se de comunicação de decisão judicial, proferida pelo Juizado Especial Cível da Comarca de União da Vitória, solicitando a adoção de providências para identificar eventuais falhas no procedimento da instituição financeira supracitada na contratação de cartão de crédito com desconto em benefício pelo INSS.
2. Segundo foi apurado no processo judicial a instituição financeira estaria criando a obrigatoriedade de desconto no benefício do valor mínimo, sem oportunizar, em consequência, que o beneficiário efetue o pagamento total da fatura e, em consequência, lhe impõe cobrança de juros nas parcelas posteriores ficando a dívida impagável.
3. As regras acerca da operacionalização do cartão de crédito vêm disciplinadas no art. 16 da Instrução Normativa nº 28/2008. Vejamos:

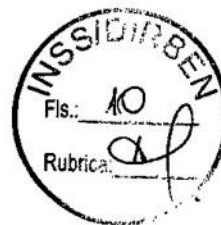
***Art. 16. Nas operações de cartão de crédito serão considerados, observado, no que couber, o disposto no art. 58 desta Instrução Normativa:***

***I - Revogado pela Instrução Normativa INSS/PRESS nº 80, de 14 de agosto de 2015)***

***II - (alterado pela Instrução Normativa nº 92 /PRES/INSS, de 28 de dezembro de 2017)***

***II - o limite da reserva de margem consignável para o pagamento de despesas contraídas utilizando cartão de crédito e para uso com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito é de um, vírgula quarenta (1,40) vez o valor da renda mensal do benefício previdenciário;***

***III - a taxa de juros não poderá ser superior a três inteiros por cento (3%) ao mês, de forma que expresse o custo efetivo;***



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

***IV - é vedada a cobrança da TAC e quaisquer outras taxas administrativas, exceto a prevista no inciso II do art. 15 e § 1º deste artigo; e***

***V - o beneficiário, ao constituir a RMC, não poderá ser onerado com a cobrança de qualquer custo adicional de manutenção ou anuidade, excetuando o previsto nesta Instrução Normativa, de forma que a taxa de juros expresse o custo efetivo do cartão de crédito.***

***§ 1º O titular do cartão de crédito poderá optar pela contratação de seguro contra roubo, perda ou extravio, cujo prêmio anual não poderá exceder R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos).***


***§ 2º A instituição financeira não poderá aplicar juros sobre o valor das compras pagas com cartão de crédito quando o beneficiário consignar a liquidação do valor total da fatura em uma única parcela na data de vencimento.***

4. Verifica-se, portanto, que não há autorização para obrigar ao desconto apenas da parcela única, ferindo a regra prevista no § 2º do art. 16, acima descrito, além de regras do direito do consumidor, o que foi apontado pelo Poder Judiciário na r. sentença.
5. Considerando o volume de reclamações de processos dessa natureza que tramitam na referida comarca, e que chegam ao conhecimento da Diretoria de Benefícios, em relação não só a instituição interessada como também a outras instituições financeiras, deverá ser instaurado processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades nas condutas da Banco BMG/SA
6. Retorno o presente processo à Divisão de Consignações de Benefícios para as seguintes providências administrativas:
  - a) através do presente processo administrativo notificar à instituição financeira da ação judicial e conclusão, solicitando esclarecimentos sobre quais regras estão sendo estabelecidas para cobrança na modalidade de cartão de crédito, apresentando cópias dos referidos contratos de cartão de crédito e fatura para avaliação pelo INSS;
  - b) Concomitantemente, deverá ser encaminhado ofício à Secretaria de Defesa do Consumidor – SENACON, encaminhamento cópia da referida ação judicial para conhecimento e providências que entender cabíveis;
  - c) Encaminhar cópia ao Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central do Brasil para conhecimento e avaliação da prática adotada pela referida instituição financeira em relação ao empréstimo na modalidade cartão de crédito.
7. Observo que todas as demandas judiciais que chegarem ao conhecimento do



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

INSS, em que se verifica, em tese, prática abusiva praticada por instituições bancárias, deverão ser adotados os procedimentos de **apuração das condutas praticadas** no âmbito administrativo e oficiar concomitantemente à SENACON e ao Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central do Brasil.

  
**MARCIA ELIZA DE SOUZA**  
Diretora de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

-Ofício nº 677/DIRBEN/INSS

Brasília, 22 outubro de 2019.

Ao  
BANCO BMG  
Avenida Brigadeiro Faria Lima  
9º andar, Bloco B- Itaim Bibi  
São Paulo/SP


Prezado Dirigente

Cumprimentando-a cordialmente, informo-lhe a instauração do processos administrativo decorrente da notificação enviada pelo Poder Judiciário autos nº 0001346-98.2018.8.16.0174, 0011225.66.2017.8.16.0174, 0004186-81.2018.8.16.0174, 0010891-32.2017.8.16.0174, 0010985-77.2017.8.16.0174, 00043.18-41.2018.8.16.0174, 0010889-62.2017.8.16.0174, 0012848-68.2017.8.16.0174, 0010990-02.2017.8.16.0174.0002, 0011659-55.2017.8.16.0174, 0001208-34.2018.8.16.0174.0002, 0004008-35.2018.8.16.0174, 0004004-95.2018.8.16.0174, 0011220-44.2017.8.16.0174.0002, 0001628-39.2018.8.16.0174, 00020003492-15.2018.8.16.0174, 00020011660-40.2017.8.16.0174.0003, 0004010-05.2018.8.16.0174, 0004011-87.2018.8.16.0174, 0010920-82.2017.8.16.0174.0002 que tramitaram na Comarca de União da Vitória/PR, envolvendo operações de cartão de crédito com a instituição financeira BANCO BMG S/A tendo sido o INSS intimado acerca da sentença.

Segundo consta na r. sentença anexa ao presente ofício, o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito; a dívida contraída se torna impagável, em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor, concluindo se tratar de obrigação abusiva e em desacordo com os sistema de proteção ao consumidor (CDC).

O presente ofício tem como objetivo oportunizar a apresentação de defesa acerca dos fatos apontados no prazo de 10 dias, solicitando que apresentem o contrato celebrado com o beneficiário, as faturas em que envolvam o objeto de questionamento em juízo e demais informações que se fizerem necessárias para conclusão do processo administrativo de apuração.

Atenciosamente,

  
**MARCIA ELIZA DE SOUZA**  
Diretora de Benefícios





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ofício nº 618/DIRBEN/INSS

Brasília, 22 de outubro de 2019.

À Senhora  
FERNANDA VILELA OLIVEIRA  
Coordenação de Sanções Administrativas da SENACON  
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Edifício Sede, Sala 522  
Bairro Zona Cívica Administrativa - Brasília/DF.  
CEP 70.064-900

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminho-lhe para conhecimento cópias dos despachos que determinam a instauração do procedimento administrativo para apuração dos fatos apontados nas ações judiciais nº 0001346-98.2018.8.16.0174, 0011225.66.2017.8.16.0174, 0004186-81.2018.8.16.0174, 0010891-32.2017.8.16.0174, 0010985-77.2017.8.16.0174, 00043.18-41.2018.8.16.0174, 0010889-62.2017.8.16.0174, 0012848-68.2017.8.16.0174, 0010990-02.2017.8.16.0174.0002, 0011659-55.2017.8.16.0174, 0001208-34.2018.8.16.0174.0002, 0004008-35.2018.8.16.0174, 0004004-95.2018.8.16.0174, 0011220-44.2017.8.16.0174.0002, 0001628-39.2018.8.16.0174.00020003492-15.2018.8.16.0174.0002, 0011660-40.2017.8.16.0174.0003, 0004010-05.2018.8.16.0174, 0004011-87.2018.8.16.0174, 0010920-82.2017.8.16.0174.0002 que tramitaram na Comarca de União da Vitória/PR, envolvendo operações de cartão de crédito com a instituição financeira BANCO BMG S/A, tendo sido o INSS intimado acerca da sentença.

Segundo as r. sentenças anexas ao presente ofício, o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável, em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor, concluindo se tratar de obrigação abusiva e em desacordo com os sistema de proteção ao consumidor (CDC).

Os procedimentos que deverão ser adotados pelas instituições financeiras que mantêm acordos de cooperação técnica com o INSS, em relação à contração de cartão de crédito com desconto diretamente no benefício é regido pela Instrução Normativa nº 28/2008, com as alterações da Instrução Normativa nº 100/2018, são as seguintes:

*Art. 20. Para a efetivação da consignação/retenção/constituição de RMC nos benefícios previdenciários, as instituições financeiras que firmarem convênio com o INSS deverão encaminhar à Dataprev, até o segundo dia útil de cada mês, conforme procedimentos previstos no protocolo de integração definido entre as partes, para processamento no referido mês.*



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

*Parágrafo único. Os comandos de exclusões de empréstimo/ RMC/cartão de crédito, não serão aceitos durante o período de processamento da folha de pagamento dos beneficiários da Previdência Social.*

*Art. 21. A instituição financeira, ao realizar as operações de consignação/retenção/constituição de RMC dos titulares de benefícios deverá, sem prejuízo de outras informações legais exigidas (art. 52 do Código de Defesa do Consumidor – CDC), observar a regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, em especial as disposições constantes da Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, e alterações posteriores, bem como dar ciência prévia ao beneficiário, no mínimo, das seguintes informações:*

*I - valor total com e sem juros;*

*II - taxa efetiva mensal e anual de juros;*

*III - todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;*

*IV - valor, número e periodicidade das prestações;*

*V - soma total a pagar com o empréstimo pessoal ou o limite máximo previsto para cartão de crédito; e Página 14 de 37 VI - data do início e fim do desconto.*

*VII - valor da comissão paga aos terceirizados contratados pelas instituições financeiras para a operacionalização da venda do crédito, quando não for efetuado por sua própria rede. (incluído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 43, de 19 de janeiro de 2010)*

*VIII - o CNPJ da agência bancária que realizou a contratação quando realizado na própria rede, ou, o CNPJ do correspondente bancário e o CPF do agente subcontratado pelo anterior, acrescido de endereço e telefone. (incluído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 43, de 19 de janeiro de 2010)*

Por força da Ação Civil Pública n.º 0106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, houve inclusão do Art. 21-A, com as seguintes determinações:

*Art. 21-A Sem prejuízo das informações do art. 21, nas autorizações de descontos decorrentes da celebração de contratos de Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável, o contrato firmado entre o beneficiário do INSS e a instituição consignatária deverá, obrigatoriamente, nos termos da decisão homologatória de acordo firmado na Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700, ser acompanhado de Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, que constará de página única, reservada exclusivamente para tal documento, constituindo-se instrumento apartado de outros que formalizem a contratação do Cartão de Crédito Consignado, e conterá, necessariamente:*

*I - expressão "TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO", inserida na parte superior do documento e com*



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

*fonte em tamanho quatorze;*

*II - abaixo da expressão referida no inciso I do caput, em fonte com tamanho onze, o texto: "Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União";*

*III - nome completo, CPF e número do benefício do cliente;*

*IV - logomarca da instituição financeira;*

*V - imagem em tamanho real do cartão de crédito contratado, ainda que com gravura meramente ilustrativa;*

*VI - necessariamente como última informação do documento, espaço para preenchimento de local, data e assinatura do cliente;*

*VII - as seguintes inscrições, todas registradas em fonte com tamanho doze e na ordem aqui apresentada:*

*a) Contratei um Cartão de Crédito Consignado;*

*b) Fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;*

*c) A diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo (nome da instituição financeira), já que, caso a fatura não seja integralmente paga até a data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;*

*d) Declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores;*  
*Página 16 de 37*

*e) Estou ciente de que a taxa de juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional; (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)*

*f) Sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão de crédito, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até (número de meses), contados a partir da data do primeiro desconto em folha, desde que: (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)*



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

*1. eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização;*

*2. não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão;*

*3. os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção até o total da dívida;*

*4. eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e*

*5. não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios;*

*g) Para tirar dúvidas acerca do contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o cliente poderá entrar em contato gratuitamente com o (nome da instituição financeira) através do Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC (identificar número telefônico) e de sua Ouvidoria (identificar número telefônico) (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018).*

Não há, portanto, nem mesmo no âmbito do INSS previsão que autorize a instituição financeira a impor a forma de pagamento do cartão de crédito apenas em parcela mínima, havendo da mesma forma, violação às regras vigentes acerca do empréstimo mediante cartão de crédito consignado.

Atenciosamente,

  
**MARCIA ELIZA DE SOUZA**  
Diretora de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



Ofício nº 67/DIRBEN/INSS

Brasília, 22 de outubro de 2019.

Ao Senhor  
SERGIO JOSE DE MESQUITA GOMES  
Departamento de Supervisão de Conduta  
Setor Bancário Sul Q. 3 BL B  
Asa Sul, Brasília - DF  
CEP 70074-900

Prezado Senhor,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminho-lhe para conhecimento cópias das intimações judiciais dos processos nº 0001346-98.2018.8.16.0174, 0011225.66.2017.8.16.0174, 0004186-81.2018.8.16.0174, 0010891-32.2017.8.16.0174, 0010985-77.2017.8.16.0174, 00043.18-41.2018.8.16.0174, 0010889-62.2017.8.16.0174, 0012848-68.2017.8.16.0174, 0010990-02.2017.8.16.0174.0002, 0011659-55.2017.8.16.0174, 0001208-34.2018.8.16.0174.0002, 0004008-35.2018.8.16.0174, 0004004-95.2018.8.16.0174, 0011220-44.2017.8.16.0174.0002, 0001628-39.2018.8.16.0174.00020003492-15.2018.8.16.0174.0002, 0011660-40.2017.8.16.0174.0003, 0004010-05.2018.8.16.0174, 0004011-87.2018.8.16.0174, 0010920-82.2017.8.16.0174.0002 que tramitam na Comarca de União da Vitória, envolvendo operações de cartão de crédito com a instituição financeira BANCO BMG S/A.

Segundo a r. sentença anexa ao presente ofício, o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável, em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor, concluindo se tratar de obrigação abusiva e em desacordo com os sistema de proteção ao consumidor (CDC).

Os procedimentos que deverão ser adotados pelas instituições financeiras que mantêm acordos de cooperação técnica com o INSS, em relação à contratação de cartão de crédito com desconto diretamente no benefício é regido pela Instrução Normativa nº 28/2008, com as alterações da Instrução Normativa nº 100/2018, são as seguintes:

*Art. 20. Para a efetivação da consignação/retenção/constituição de RMC nos benefícios previdenciários, as instituições financeiras que firmarem convênio com o INSS deverão encaminhar à Dataprev, até o segundo dia útil de cada mês, conforme procedimentos previstos no protocolo de integração definido entre as partes, para processamento no referido mês.*

*Parágrafo único. Os comandos de exclusões de empréstimo/ RMC/cartão de*





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

*crédito, não serão aceitos durante o período de processamento da folha de pagamento dos beneficiários da Previdência Social.*

*Art. 21. A instituição financeira, ao realizar as operações de consignação/retenção/constituição de RMC dos titulares de benefícios deverá, sem prejuízo de outras informações legais exigidas (art. 52 do Código de Defesa do Consumidor – CDC), observar a regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, em especial as disposições constantes da Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, e alterações posteriores, bem como dar ciência prévia ao beneficiário, no mínimo, das seguintes informações:*

*I - valor total com e sem juros;*

*II - taxa efetiva mensal e anual de juros;*

*III - todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;*

*IV - valor, número e periodicidade das prestações;*

*V - soma total a pagar com o empréstimo pessoal ou o limite máximo previsto para cartão de crédito; e Página 14 de 37 VI - data do início e fim do desconto.*

*VII - valor da comissão paga aos terceirizados contratados pelas instituições financeiras para a operacionalização da venda do crédito, quando não for efetuado por sua própria rede. (incluído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 43, de 19 de janeiro de 2010)*

*VIII - o CNPJ da agência bancária que realizou a contratação quando realizado na própria rede, ou, o CNPJ do correspondente bancário e o CPF do agente subcontratado pelo anterior, acrescido de endereço e telefone. (incluído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 43, de 19 de janeiro de 2010)*

Por força da Ação Civil Pública n.º 0106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, houve inclusão do Art. 21-A, com as seguintes determinações:

*Art. 21-A Sem prejuízo das informações do art. 21, nas autorizações de descontos decorrentes da celebração de contratos de Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável, o contrato firmado entre o beneficiário do INSS e a instituição consignatária deverá, obrigatoriamente, nos termos da decisão homologatória de acordo firmado na Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700, ser acompanhado de Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, que constará de página única, reservada exclusivamente para tal documento, constituindo-se instrumento apartado de outros que formalizem a contratação do Cartão de Crédito Consignado, e conterá, necessariamente:*

*I - expressão "TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO", inserida na parte superior do documento e com fonte em tamanho quatorze;*





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

*II - abaixo da expressão referida no inciso I do caput, em fonte com tamanho onze, o texto: "Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União";*

*III - nome completo, CPF e número do benefício do cliente;*

*IV - logomarca da instituição financeira;*

*V - imagem em tamanho real do cartão de crédito contratado, ainda que com gravura meramente ilustrativa;*

*VI - necessariamente como última informação do documento, espaço para preenchimento de local, data e assinatura do cliente;*

*VII - as seguintes inscrições, todas registradas em fonte com tamanho doze e na ordem aqui apresentada:*

*a) Contratei um Cartão de Crédito Consignado;*

*b) Fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;*

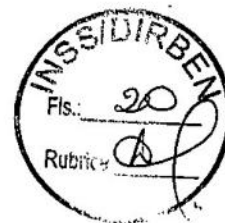
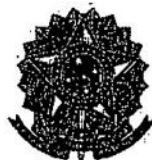
*c) A diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo (nome da instituição financeira), já que, caso a fatura não seja integralmente paga até a data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;*

*d) Declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores;*  
*Página 16 de 37*

*e) Estou ciente de que a taxa de juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional; (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)*

*f) Sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão de crédito, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até (número de meses), contados a partir da data do primeiro desconto em folha, desde que: (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)*

*1. eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período*



**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

*de amortização projetado a partir da última utilização;*

*2. não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão;*

*3. os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção até o total da dívida;*

*4. eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e*

*5. não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios;*

*g) Para tirar dúvidas acerca do contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o cliente poderá entrar em contato gratuitamente com o (nome da instituição financeira) através do Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC (identificar número telefônico) e de sua Ouvidoria (identificar número telefônico) (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018).*

Não há, portanto, nem mesmo no âmbito do INSS previsão que autorize a instituição financeira a impor a forma de pagamento do cartão de crédito apenas em parcela mínima, havendo da mesma forma, violação às regras vigentes acerca do empréstimo mediante cartão de crédito consignado.

Atenciosamente,

**MARCIA ELIZA DE SOUZA**  
Diretora de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência  
Diretoria De Benefícios

**DESPACHO**

**Diretoria De Benefícios, em 20/01/2020.**

**Ref.:** Processo  
nº 35000.002520/2019-  
50

**Int.:** BANCO BMG  
CONSIGNADO

**Ass.:** NOTIFICAÇÃO  
INSTITUIÇÃO  
BANCÁRIA -  
IRREGULARIDADE NA  
OPERACIONALIZAÇÃO  
DO CARTÃO DE  
CRÉDITO - AÇÃO  
JUDICIAL.

1. Ciente.

2. Ao Serviço Técnico Administrativo da Diretoria de Benefícios - STADB para que anexem comprovante de envio e recebimento em relação ao Ofício n. 677/DIRBEN/INSS, bem como, se houve apresentação de defesa anexando no presente processo.

**MARCIA ELIZA DE SOUZA**  
Diretora de Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ELIZA DE SOUZA, Diretor(a)**, em 20/01/2020, às 23:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador



**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.002520/2019-50

SEI nº 0228237

**Correios****AVISO DE  
RECEBIMENTO****AR**

DATA DE POSTAGEM

UNIDADE DE POSTAGEM

DESTINATÁRIO  
BANCO BMG  
AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 9º  
ITAIM BIBI  
04538-133 - SÃO PAULO - SP

01500

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR  
DIRETORIA DE BENEFÍCIO  
SAUS QUADRA 2 BLOCO O 816  
ASA SUL  
70070-946 - BRASÍLIA - DF**JU 39608345 8 BR**

TENTATIVAS DE ENTREGA

OBSERVAÇÃO

1ª \_\_\_\_\_ h  
2ª \_\_\_\_\_ h  
3ª \_\_\_\_\_ h**MOTIVO DE DEVOLUÇÃO**  

<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado
<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não procurado
<input type="checkbox"/> 3 Não existe o número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente
<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido
<input type="checkbox"/> 9 Outros	

RUBRICA E MATRÍCULA DO  
CARTEIROHenrique Nunes  
Matr 89177800

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Emerson Santos da Silva

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

RG: 36.301.908-X

Nº DOC. DE IDENTIDADE



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.**

**Ref.:** Processo nº 35000.002520/2019-50.

**Int.:** BANCO BMG S.A.

**A s s .:** Apuração de irregularidades -  
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

*assinado eletronicamente*

**MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS**

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?)





[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **5464315** e o código CRC **A4A5103B**.

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.002520/2019-50

SEI nº 5464315